

O universo dos jornalistas portugueses esteve submetido a sucessivas vagas de turbulência desde a alteração política do 25 de Abril de 1974. Certas tendências-chave que tinham vindo a irromper no grupo profissional, a partir desse acontecimento gerador de um contexto democrático, desprenderam-se completamente na década de 1980, dando lugar a um panorama renovado de recomposição sócio-profissional que se desenvolveu na passagem para o século XXI. Os estudos reunidos neste livro procuram analisar e compreender estes e outros aspectos da profissionalização dos jornalistas, inserindo-os nas profundas transformações ditadas pelas sinergias entre a revolução tecnológica digital e a orientação mercadológica predominante da indústria dos *media*.

«Não conheço olhar mais rigoroso sobre a reconfiguração em Portugal do jornalismo e da profissão de jornalista na viragem do século. Nem mais fecundo sobre a luta pela sobrevivência da autonomia do campo na nova e imprevisível era que emerge.»

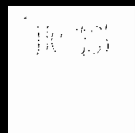
Adelino Gomes

«Trata-se de um livro que contém trabalhos de uma grande qualidade e rigor científico sobre um tema da maior pertinência nos tempos que correm. É certamente uma contribuição do maior relevo para o conhecimento da problemática sociológica referente à profissão jornalística em Portugal.»

Tito Cardoso e Cunha

Apoio:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Imprensa
de Ciências
Sociais

www.ics.ul.pt/imprensa

ISBN 978-972-671-243-5



9 789726 712435

Estudos sobre os Jornalistas Portugueses

Metamorfozes e encruzilhadas
no limiar do século XXI



save

José Luís Garcia
(organizador)



Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 47 00 – Fax 21 794 02 74

www.ics.ul.pt/imprensa
imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação
Garcia, José Luís, 1955 –
Estudos sobre os jornalistas portugueses : metamorfoses
e encruzilhadas no limiar do século XXI / org. José Luís Garcia. – Lisboa : ICS.
Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
ISBN 978-972-671-243-5
CDU 316.77



Capa: João Segurado
Composição e paginação: Ana Cristina Carvalho
Revisão: Levi Condinho
Impressão e acabamento: Tipografia Guerra – Viseu
Depósito legal: 291190/09
1.ª edição: Maio de 2009

Índice

Os autores	15
Prólogo	17
<i>José Luís Garcia</i>	
Introdução ao estudo dos jornalistas portugueses	
Os jornalistas e as contradições do capitalismo jornalístico no limiar do século XXI	23
<i>José Luís Garcia</i>	
Capítulo 1	
Sobre a censura em Portugal	47
<i>José Luís Garcia</i>	
Capítulo 2	
Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática	63
<i>José Luís Garcia</i>	
Capítulo 3	
Anotações sobre o processo de feminização da profissão de jor- nalista na década de 1990	93
<i>Filipa Subtil</i>	
Capítulo 4	
O <i>blackout</i> informativo ao Parlamento em 1993	109
<i>Manuel Correia</i>	
Capítulo 5	
Elementos de composição socioprofissional e de segmentação	121
<i>José Luís Garcia e Pedro Alcântara da Silva</i>	

Capítulo 6	
Os problemas-chave de ingresso no jornalismo	133
<i>Sara Meireles Graça</i>	
Capítulo 7	
Valores sociais: família, política e ciência	169
<i>Pedro Alcântara da Silva e Hugo Mendes</i>	
Capítulo 8	
Crise de identidade profissional e emergência de um novo paradigma	213
<i>Fernando Correia</i>	
Capítulo 9	
Os jornalistas e o sistema internacional	227
<i>Telmo Gonçalves</i>	
Capítulo 10	
Tecnoimagem, iconografia e cultura visual: No rasto da metáfora do fogo nos <i>media</i>	257
<i>José Luís Garcia</i>	

Capítulo 2

Principais tendências de profissionalização dos jornalistas no período pós-transição democrática¹

No início da década de 1940, apenas 208 jornalistas tinham a carteira profissional. Trinta anos depois, nos começos de 1970,² estimava-se que não chegassem a meio milhar. Ao longo de todo esse tempo, o corpo profissional dos jornalistas em Portugal foi extremamente reduzido, constituindo o seu frouxo crescimento um sinal da ausência de um universo de informação independente e de um espaço político democrático durante a demorada história da ditadura portuguesa do Estado Novo. Sem descurar certos desenvolvimentos ocorridos na segunda metade do século XIX e que estão na génese do ofício de jornalista num contexto de industrialização

¹ Entre outras versões das conclusões da pesquisa decorrente do I Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses, e que estão na origem do presente texto, encontram-se os seguintes artigos publicados: José Luís Garcia e José Castro, «Os produtores de opinião pública: entre o grupo de *status* e o grupo profissional», in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento* (Lisboa: Editorial Fragmentos, 1993), 141-156; José Luís Garcia e José Castro, «Os jornalistas portugueses – recomposição social e processos de legitimação profissional», *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 13 (1993): 93-114; José Luís Garcia, «Principais tendências de evolução do universo dos jornalistas», *Vértice*, n.º 60 (1994): 69-76; José Luís Garcia, «Os jornalistas portugueses enquanto actores do espaço público mediatizado. Legitimidade, poder e interpermutação», *Revista de Comunicação e Linguagens*, «Comunicação e Política», n.ºs 21-22 (1996): 365-382.

² Ver, a este respeito, e no marco dos outros elementos fundamentais do perfil socioprofissional dos jornalistas portugueses, Oliveira (1988, 359-414).

da imprensa,³ o seu processo de profissionalização e até de expansão como grupo deparou-se sempre com circunstâncias em que a liberdade de expressão era ou muito constrangida (incluindo o período da I República), ou totalmente ausente (ao longo da ditadura de Salazar/Caetano), sendo as funções, actividades e exigências, os modelos profissionais, os subconjuntos do jornalismo e a capacidade de gerar públicos dessas fases profundamente discrepantes com as verificadas nas três derradeiras décadas do século xx.

Só a partir do 25 de Abril de 1974, e acompanhando o complexo de transformações históricas e sociais ocorridas com a democratização da vida política portuguesa, e uma década depois com a integração numa realidade económica que propiciava o crescimento da esfera informativa ligada aos *media* comerciais, é que a profissionalização e o aumento dos jornalistas foi ocorrendo a um ritmo superior e a sua feição actual começou a tomar contornos que se podem considerar nítidos. É certo que se tinha registado crescimento no corpo profissional nas duas décadas anteriores ao fim da ditadura, pois nas vésperas da queda de Marcello Caetano o contingente de jornalistas era já de sete centenas,⁴ e que esse processo é indicativo de mudanças nas condições concretas do espaço político e indutor das mesmas, estando os jornalistas e outras actividades e profissões intelectuais entrelaçados em ambas. No entanto, é só entre 1975 e 1980 que ocorre um arranque sustentado no crescimento, com o registo de 821 novos jornalistas,⁵ apontando o ímpeto deste movimento para um processo de alargamento ininterrupto nas duas décadas seguintes. Assim, em 1987, o grupo integra já 1281 profissionais, chegando ao início de 1990 com aproximadamente o dobro. Nesta altura, o I Inquérito apura a existência de 2374 profissionais, e depois, em 1994,⁶ o Sindicato dos Jornalistas contabilizava 3850. Sem pôr em causa dinâmicas

³ Ver José Tengarrinha (1989 [1965], 213-263). Ver também as importantes referências que Paulo Jorge Fernandes (2007) realiza sobre as origens da imprensa de massas em Portugal numa investigação biográfica sobre Mariano Cirilo de Carvalho.

⁴ Ver França e Marques (1982).

⁵ Os dados relativos a este período e a 1987, referidos ao longo deste ensaio, foram coligidos por J. M. Paquete de Oliveira (1988, 369). Tenha-se em consideração que parte do crescimento se deveu ao alargamento da definição de jornalista, uma vez que, em Maio de 1974, a Assembleia Magna do Sindicato deliberou alargar o âmbito deste aos jornalistas da imprensa não-diária, do rádio, da televisão, e dos jornais de actualidades cinematográficas.

⁶ Dados do Sindicato dos Jornalistas.

que se faziam sentir anteriormente, é numa situação de mutação de toda uma comunidade política para um ambiente democrático, de aparecimento de novas tecnologias no domínio da informação e de novas concepções ideológicas sobre as relações entre jornalismo, mercado e consumo imaterial que a profissão de jornalista em Portugal adquire realmente uma nova conformação, num processo que recompõe e reconfigura o conjunto profissional, respondendo este a outras circunstâncias e necessidades sociais, exercendo diferentes funções e formando novas linguagens, promovendo também relações até há pouco tempo largamente desconhecidas.

Os jornalistas portugueses: traços sumários de um percurso

O diminuto universo de jornalistas é apenas uma, entre muitas, das fragilidades herdadas dos quarenta anos e dois meses que medeiaram entre a criação do Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ), em 26 de Fevereiro de 1934 — cujo primeiro presidente da Direcção foi António Ferro —, e o restabelecimento das liberdades públicas em Portugal.⁷ O SNJ surge após a dissolução do Sindicato dos Jornalistas da Imprensa em 31 de Dezembro de 1933, data que constituiu o reduzido prazo (de três meses) dado pelo regime de Salazar, através do célebre artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 23 050, para que todos os sindicatos e associações de classe remodelassem os seus estatutos, em obediência ao quadro corporativo que se queria impor, e os submetessem à aprovação do Subsecretariado das Corporações e Previdência Social, sob pena da sua ilegalização e liquidação. Cerca de uma centena de jornalistas, reunidos em meados de Novembro de 1933, resolveram não acatar a normatividade corporativista e recusaram apresentar novos estatutos.⁸ Na sequência deste gesto, 102 jornalistas, que tinham sido transferidos directamente para o novo sindicato, foram excluídos ou pediram a demissão.⁹ Para ultrapassar estas dificuldades, o governo de Salazar

⁷ Na Assembleia Magna de Maio de 1974 já referida, foi decidida a alteração da designação do SNJ para Sindicato dos Jornalistas (SJ).

⁸ Ver Patriarca (1991).

⁹ No momento da criação do SNJ, 11 sócios de Lisboa do anterior sindicato demitiram-se formalmente e na Assembleia de Sócios de 27 de Janeiro de 1937

brindou António Ferro — responsável pela propaganda do regime do Estado Novo — e o novo SNJ com a capacidade de atribuir a carteira profissional aos jornalistas, fossem sócios ou não, através do Decreto-Lei n.º 24 006 de 13 de Junho de 1934, bem como de alguns outros privilégios de pequena monta.¹⁰ Todos os dados referidos são indícios de que, ao largo das primeiras décadas do século XX, Portugal apresentava uma realidade muito débil quanto à existência de um sistema de informação independente e onde o jornalismo encontrava grandes dificuldades para a afirmação da sua autonomia profissional.

A ausência de capacidade em exercer com liberdade a actividade jornalística, a inexistência ou fugacidade do ensino e da formação em jornalismo e comunicação, o lastro de habituação à censura, a falta de um quadro de valores de ordem ética e o baixo prestígio social do conjunto profissional caracterizavam a situação dos jornalistas, após quase cinco décadas de censura — pese embora a resistência de certos sectores que surgiam à luz do dia com maior intensidade em alguns períodos políticos (como a candidatura de Humberto Delgado, as eleições de 1969 ou a substituição de Salazar por Caetano) e as inegáveis e importantes alterações ocorridas nos *media* sensivelmente a partir dos anos 1960. Metamorfoses ocorridas a partir desta década, em vários domínios e arenas, contribuíram para o desenvolvimento de uma indústria dos *media* com uma disposição mais comercial e não totalmente subjugada ao poder político. É apropriado falar de uma diversificação de títulos na imprensa diária, do aparecimento de novas revistas de informação, de uma maior dinâmica informativa na rádio e variedade de propostas editoriais, do melhoramento técnico e organizacional dos *media*, da maior importância da publicidade, do acréscimo de condições económicas e culturais para os jornalistas e da formação de correntes de público. No entanto, em Portugal, tal como ocorreu em realidades semelhantes, só se pode falar de um universo plenamente desenvolvido de informação jornalística a partir da emergência do contexto democrático impulsionado pela transição iniciada em Abril de 1974. Por isso, não obstante aquelas aquisições, o legado

foram excluídos 91 membros (45 de Lisboa, 30 do Porto, 11 de Coimbra e 5 de outras localidades) por quotas em atraso, por críticas ao sindicato ou por outras situações irregulares. A fonte é o SNJ.

¹⁰ Foi outorgado aos sócios do SNJ a entrada livre em gares de portos marítimos e de caminhos-de-ferro e em bibliotecas e museus, e 50% de desconto na expedição de telegramas noticiosos.

de insipiências, arcaísmos, fraquezas e condicionamentos severos no campo da informação e dos *media*, em particular ligadas a uma trajectória de subordinação ao poder político e às elites económicas, concorria para as dificuldades de criação de um quadro formal de obtenção de capacidades de carácter cognitivo, normas de conduta, padrões deontológicos e treino formal adequados ao desenvolvimento da profissão de jornalista. Esta tinha de se sintonizar com as mudanças implicadas no curso da história de pluralismo ideológico e de democracia que envolveram o jornalismo na Europa ocidental do pós-Segunda Guerra Mundial.

O alargamento imenso do contingente de jornalistas, sobretudo a partir da transição democrática, não se deu de forma uniforme, através de um crescimento regular na textura do corpo profissional, mas por saltos e junções de sectores. Estes acidentes e combinações traduzem processos decorrentes de modificações políticas na sociedade, do crescimento do universo informativo, da introdução de novas tecnologias da informação e de mudanças na organização e gestão da indústria dos *media* em torno das relações com o mercado. O quadro de desempenho profissional anterior à transição para a democracia dá lugar a um processo extremo de luta pelo poder e de facciosismo político, em que predomina o jornalismo que se assume como porta-voz de orientações partidárias diversas, e em que persiste, por parte da governação e dos partidos políticos, uma estrita visão de instrumentalização dos *media*. Só a instituição de um quadro jurídico-legal pelo V Governo Constitucional de 1979, incluindo o Estatuto do Jornalismo, a Lei da Radiotelevisão e o Regulamento da Carteira Profissional, vem criar as primeiras bases legais que abrem caminho à conquista de espaços de independência para a imprensa. Mas este percurso não esteve isento de enormes dificuldades.¹¹

A partir de 1976, a imprensa diária passa a viver num estado de remodelação quase ininterrupto. Os jornais estatizados sofrem várias complicações no processo de ajustamento à nova situação, devido às pesadas estruturas burocráticas herdadas do passado e ao repto que representa o surto de liberdade política no contexto da economia de mercado (ainda que frágil) entretanto aberto, entre outras razões. Estas dificuldades são extensíveis ao processo de privatização da imprensa, surgindo nessa época vários jornais diá-

¹¹ A este respeito, ver Mesquita (1993).

rios privados que aparecem e expiram mais ou menos rapidamente, devido a diversos factores, entre os quais a falta de suporte de um projecto empresarial viável e a subordinação a orientações políticas marcadas que limitam à partida a sua capacidade de expansão. Praticamente, só o jornal matutino *Correio da Manhã* escapa a tal desfecho e os semanários são o único segmento de mercado que conhece uma expansão relativamente sustentada.

Nessa fase, para as dificuldades da imprensa diária concorrem outros elementos estruturais, em especial a baixa taxa de alfabetização existente em Portugal, os reduzidos índices de leitura e outras condições que influenciam a escassez de verbas destinadas à publicidade, de resto, preferencialmente canalizadas pelas empresas para os meios audiovisuais. Alguns acontecimentos ocorridos nos anos 1980 indicam que esse período de transição chega ao fim, dando lugar a uma nova fase. Podem ser referidos factores como a desestatização de toda a imprensa e a sua posterior reprivatização (que teve início em 1988), a ampliação do espaço radiofónico, a abertura da televisão aos operadores privados, a criação do Estatuto da Imprensa Regional, o desenvolvimento do ensino superior em jornalismo e comunicação social, e a reestruturação tecnológica das empresas. Cinco traços principais permitem esboçar a situação nessa altura: (a) o declínio do jornalismo estreitamente vinculado aos partidos políticos, substituído por um modelo informativo com afinidades com o praticado na Europa; (b) a implantação de uma lógica comercial de concorrência sem entraves, em que os eventuais subsídios estatais são acessórios, e os vários órgãos de imprensa escrita e audiovisual dependem da sua capacidade de se imporem no mercado, da publicidade angariada e da existência de fortes suportes financeiros; (c) o desenvolvimento de projectos empresariais e a sua progressiva concentração, de características multidimensionais, recobrando por vezes a reunião de grupos com poder económico e político, a convergência de anunciantes, a acumulação de fontes organizadas e a agregação de camadas de leitores; (d) a participação de capitais internacionais; (e) a presença de novas formas de gestão comercial, edição electrónica/informática e interacção entre os universos comercial e técnico no sentido da permanente mudança de propostas informacionais.

Acompanhando estes desenvolvimentos, a partir da década de 1980, o universo dos jornalistas profissionais é impelido por um processo de ampliação e reconstrução continuado que arrasta vas-

tas implicações e adequações para a profissão.¹² Apresentámos já elementos indicativos do aumento do conjunto profissional, sendo necessário de seguida prestar atenção ao processo de recomposição social dos jornalistas, estudando os seus traços morfológicos, os novos subgrupos emergentes, as suas características, interacções, tensões e lutas por posições. Antes, porém, tenhamos em consideração alguns apontamentos sobre a profissão de jornalista.

Observações gerais sobre o jornalismo como profissão

Desde a institucionalização do estudo da comunicação de massas, no intervalo entre as duas Guerras Mundiais, os *media* têm sido objecto permanente de debate nos mais diversos círculos das ciências sociais, mas idêntica tendência só começou a verificar-se mais tarde no que diz respeito aos ofícios, às ocupações e aos profissionais dos *media*: seus processos de profissionalização, suas identidades profissionais, ideologias relativas ao profissionalismo, categorizações e formas de organização social. Contudo, apesar dos constrangimentos exercidos pela organização das indústrias dos *media*, praticamente em todos os planos muito similares nos seus critérios aos de qualquer outra empresa capitalista, a informação emitida pelos meios de comunicação, sendo condicionada por esse contexto, é, em grande medida, o resultado objectivo do trabalho dos jornalistas. A partir de finais de 1970, a investigação sociológica começou a preencher aquela lacuna e a focar a importância dos jornalistas nas sociedades contemporâneas, devido ao papel que desempenham em termos de elaboração e transmissão de informações e formas de conhecimento consideradas relevantes para o exercício das escolhas próprias da vida cívica.¹³

Uma definição das profissões de Norbert Elias permite-nos uma aproximação sociológica ao jornalismo como profissão e a algumas das tarefas principais que a sua análise implica. «Profissões, despo-

¹² Sobre a evolução dos *media* em Portugal no período pós-revolucionário, ver ainda Oliveira (1992); e Mesquita, Reis e Nunes (1993).

¹³ Estamos em crer que a tradução do alemão para inglês, em 1972, da tese de doutoramento de Robert Park terá jogado um importante papel, ainda que discreto, para suportar a perspectiva da importância dos jornalistas. Ver Park (1972). Sobre a investigação realizada a partir dos anos 1970, que mais directamente reflecte a relevância dos jornalistas como criadores simbólicos, ver, entre outros, Tuchman (1978); Golding e Elliot (1979); Gans (1979); Wolf (1985); Grossi (1985); Traquina (2007 [2002]).

jadas de suas roupagens próprias, são funções sociais especializadas que as pessoas desempenham em resposta a necessidades especializadas de outras; são, ao menos em sua forma mais desenvolvida, conjuntos especializados de relações humanas» (Elias 2006, 89). Tendo em mente esta aceção ampla, bem adequada para entender uma profissão de contornos inconstantes e com uma profissionalização com formas muito imprecisas, podemos dizer que o jornalismo como profissão é constituído por agregados de relações sociais tecidas num âmbito de actividades que reclamam dar resposta a necessidades que se tornaram sentidas pela vida colectiva. Numa perspectiva histórica, o jornalismo é uma actividade que funda a sua legitimidade social, sobretudo a partir da sua inserção no contexto industrial, na necessidade de a colectividade possuir uma mediação de carácter informativo e comunicacional norteadas pelos valores inscritos nos direitos civis e políticos. Neste sentido, é próprio dos jornalistas o exercício de actividades especializadas de produção e difusão de informações e conhecimentos que permitam orientar os indivíduos e as sociedades. Elias acrescentava ainda qual lhe parecia ser a principal tarefa no estudo do processo de formação das profissões: «O estudo da génese de uma profissão [...] não é simplesmente a apreciação de um certo número de indivíduos que tenham sido os primeiros a desempenhar certas funções para outros e a desenvolver certas relações, mas sim a análise de tais funções e relações» (Elias 2006, 89). Para este fim, é necessário ter em conta quer a forma pela qual se alcança a valorização e institucionalização de certas posições e funções profissionais pelas organizações produtivas e pelo conjunto da sociedade, quer o modo como elas são repartidas entre os seus membros, tanto subgrupos como estratos e simples indivíduos. No âmago deste processo, relativo à selecção dos profissionais, encontram-se dois tipos de movimentos, sempre realçados no interior da diversidade de propostas que compõem o estudo sociológico das profissões. O primeiro refere o monopólio para desempenhar certas actividades que outros estão impedidos de cumprir; o segundo alude à missão de garantir uma determinada função. Voltaremos a estes tópicos mais adiante.

O trabalho dos jornalistas desenvolve-se, em sentido vasto, na esfera simbólica e comunicacional, realizando a mediação de factos, discursos e problemas que merecem conhecimento público segundo os seus critérios de notabilidade. A sua definição como mediadores deve, porém, ser aprofundada: o labor jornalístico consubstancia-se na produção de discursos, que devem ser considerados «factos

jornalísticos», a que estão associados valores ilocutórios (isto é, que acontecem «ao dizerem-se») e perlocutórios (ou seja, que produzem qualquer coisa «pelo facto de» dizerem).¹⁴ O discurso jornalístico pode referenciar factos e ocorrências, mas o que o caracteriza é ser inerentemente um novo facto, porque produto do trabalho dos jornalistas, e uma nova ocorrência, devido ao fazer jornalístico como promotor de notabilidade, a qual induz por sua vez novos acontecimentos.

A dinâmica de profissionalização dos jornalistas tem procurado afirmar uma jurisdição e uma finalidade distintas das que são características dos ofícios da promoção, publicidade e persuasão, considerados pelos meios de socialização dos jornalistas como categorias duvidosas no que diz respeito à capacidade de efectuarem o seu «mandato» (para invocar o conceito de Hughes sobre a missão de uma profissão; 1958). O nexos entre a actividade jornalística e o conjunto social tem, portanto, um sentido legal mas também moral. No âmago da profissionalização dos jornalistas encontra-se a procura de reconhecimento social entre um determinado actor, identificado como mediador e criador simbólico, e o exercício da cidadania. Ainda que a identidade social dos jornalistas esteja tradicionalmente marcada por uma certa ambiguidade, a permissão de exercer e defender o monopólio da sua actividade e certas prerrogativas em termos profissionais e sociais encontra-se estreitamente articulada com a justificação do bem colectivo.

A referência à criação de natureza simbólica que permite estabelecer relações de sentido e cidadania na vida pública através do jornalismo pressupõe, do ponto de vista da análise sociológica, por um lado, a consideração do trabalho dos seus profissionais e, por outro, o complexo contexto e o conjunto de condições económicas, políticas, sociais e organizacionais em que o mesmo se exerce. O trabalho dos jornalistas é uma actividade que permite estabelecer formas de orientação para os sujeitos e as colectividades; mas esse trabalho situa-se numa teia de meios e fins — rotinas produtivas, hierarquias, tecnologias, objectivos da racionalidade utilitarista-capitalista das empresas, proximidade com o mundo da persuasão — que toma a forma de uma engrenagem socio-técnica burocrática e comercial dentro da qual o jornalista enquanto profissional tem de laborar, e face à qual tem de manifestar a

¹⁴ Seguimos aqui a esclarecedora argumentação de Adriano Duarte Rodrigues (1988) a este respeito.

coragem para seguir a sua simples vocação profissional e o quadro de valores éticos que o guia.

Apesar da sua força nos processos de influência social e de geração de opinião pública, os jornalistas são profissionais com competências próprias dos escalões intermédios dos criadores simbólicos. Podendo participar no poder de decisão editorial, não possuem nem a propriedade nem a gestão dos meios. Neste tipo de ocupações, ofícios e profissões é geralmente admitida a existência de uma lógica contraditória de «autonomia/dependência» da qual os membros nela inseridos têm uma avaliação colectiva. No caso concreto dos jornalistas, este tipo de contradição expressa-se na consciência da posse de requisitos específicos e do desempenho de funções relevantes no contexto societal, coincidindo com a ausência de laços orgânicos generalizados com os grupos sociais proprietários e dirigentes. Estes, por sua vez, tendem a exercer um constrangimento externo sobre a forma como os jornalistas devem aplicar as suas capacidades culturais e técnicas.

Daquela avaliação surge, por um lado, a vontade de autonomização da profissão para que os seus profissionais possam ter a capacidade de a exercer e de a delimitar em nome dos saberes, técnicas e valores que a sustentam e, por outro, o empenho em aceder a atributos de reconhecimento e prestígio social. Se bem que a defesa da autonomia da profissão e a afirmação do seu estatuto sejam referentes comuns ao conjunto dos jornalistas, a sua importância, contudo, é sentida de maneira diferente consoante a posição ocupada no interior do conjunto profissional. Com efeito, é uma boa hipótese de trabalho esperar que a relação entre subgrupos distintos de um agregado profissional possa ter correspondência com o tipo de conexão existente entre os grupos mais amplos da sociedade na qual esses profissionais se incluem. No seio do universo profissional dos jornalistas existirão assim fissuras, antagonismos e disputas por privilégios e posições. Em tal cenário, aparecem indicadores seguros de que, a par com a tradicional importância da antiguidade na profissão, associada a posições de chefia e relevo na organização dos *media*, e o nível das remunerações, relacionado com as hierarquias e com os tipos de *media* onde se trabalha, a formação escolar superior tem vindo a assumir uma importância crescente nos jornalistas. A titulação escolar está ligada às transformações da sociedade portuguesa, do sistema de informação e da indústria dos *media*, cujas facetas mais visíveis se relacionam com as

tendências de rejuvenescimento e feminização que acompanharam a expansão dos profissionais.

Rejuvenescimento e feminização

Um dos aspectos mais fulgurantes do processo de recomposição profissional dos jornalistas é o rejuvenescimento do conjunto ocupacional. Para estudar este tema, assim como o da escolaridade — que será alvo de atenção mais adiante —, podemos recorrer aos dados estatísticos do conjunto da profissão relativamente a finais de 1980 e início da década seguinte. Dados de 1987 indicam que 72,7% dos jornalistas tinham menos de 45 anos e 34,7% uma idade compreendida entre os 19 e os 35 anos. Em 1990, os grupos etários até aos 44 anos de idade representavam 70,1% de todos os jornalistas e quase um quarto dos jornalistas (23,4%) tinha menos de 30 anos. Este rejuvenescimento é ainda mais marcado no subagregado feminino da profissão: em 1987, 55,9% das jornalistas tinham menos de 35 anos de idade e 83% menos de 45. O rejuvenescimento é também reforçado pela baixa antiguidade na profissão dos jornalistas portugueses, de tal forma que se pode falar de um processo de dupla juvenilidade. Em 1987, 44% de todos os jornalistas exerciam havia menos de dez anos e 59% havia menos de quinze, facto ainda com maior realce nas mulheres. Quando se particularizou este grupo, constatou-se que o número de jornalistas que exercia havia menos de dez anos subiu para 61,4%, e o que exercia havia menos de quinze cresceu para 90,5%.

A leitura destes dados permite depreender que o grande crescimento do universo dos jornalistas teve como base a entrada de jovens na profissão, acontecimento que implicou uma profunda recomposição do grupo profissional e que certamente se repercutiu em vários aspectos das suas relações e do seu comportamento. Informação de 1990 reforça a ideia de que a maioria dos jornalistas inicia relativamente cedo a actividade profissional — 12% começaram a sua carreira antes dos 18 anos, 51,9% antes dos 21 anos e 80,9% até aos 23 anos de idade. Os dois primeiros indicadores traduzem a elevada percentagem de indivíduos que não completaram o curso superior e que encetaram uma carreira profissional no jornalismo.

Outro dos motores da recomposição do grupo profissional consistiu na entrada de mulheres para o jornalismo, processo quase

cabalmente relacionado com a instauração das liberdades públicas. Salientemos que, entre 1950 e 1970, foi extremamente reduzido o número de mulheres no jornalismo, ingressando na profissão uma a duas por ano. Entre 1974 e 1987, ingressaram no jornalismo 1206 homens e 324 mulheres, sendo que, em 1987, os homens eram 1027 (80,2%) e as jornalistas 254 (19,8%). Em 1990, a proporção de mulheres aumentou para um quarto de todos os profissionais (602 mulheres num total de 2374 jornalistas) e, quatro anos depois, representava 29,2% (1126 num total de 3850). Verificou-se, neste período, a persistência e o aprofundamento da tendência para o crescimento relativo das mulheres que acedem ao profissionalismo face aos homens. A este respeito, alguns sinais mostram que será pertinente vir a saber em que tipos de meio, em que funções e em que condições laborais é que a presença feminina se tem tornado mais significativa, assim como qual a sua verdadeira dimensão nos jornalistas sem título profissional, e ainda se essa é uma dinâmica que poderá ser interrompida em situações de crise.

A formação escolar e os dois movimentos de acesso ao jornalismo

O acesso ao jornalismo de um número muito significativo de profissionais, de acordo com a leitura sugerida, está marcado pela precocidade da entrada no mundo do trabalho. O processo de recomposição social foi alimentado por uma disposição em que o jornalismo se perfilou como uma profissão na qual se entra com alguma prematuridade, mas que tem também como contrapartida provável a retirada antecipada da actividade (embora, por si só, os dados não permitam retirar esta última ilação). No entanto, a tendência assinalada para um início adiantado na profissão não resume todos os andamentos que permitem entender de modo mais complexo a entrada no jornalismo.

A análise da escolaridade é particularmente elucidativa quanto aos modos de acesso, permitindo clarificar ao mesmo tempo certos elementos das trajectórias sociais, assim como linhas de divisão que podem ser esclarecedoras quanto à forma como os jornalistas, enquanto grupo profissional, têm vindo a constituir-se. A este respeito, dados apurados em 1984 e 1987 estão na origem de in-

terrogações muito profícuas. Em 1984, 28% dos jornalistas tinham a frequência universitária e 20% a licenciatura; passados três anos, em 1987, o nível de escolaridade decrescia para 27,1% quanto ao primeiro patamar e para 19,2% relativamente ao diploma.¹⁵ Na procura do significado deste declive inesperado, pois ia no sentido contrário ao da tendência para o aumento do credencialismo escolar motivado pelo ingresso de jovens na profissão, surgia a dúvida quanto à possibilidade de a retracção dos maiores níveis de escolaridade em termos proporcionais encontrar também correspondência nos valores absolutos. Dados de 1988 e de 1992, revelados nesta última data por ocasião das Jornadas sobre o Acesso à Profissão, permitiram decifrar este problema e aclarar outras perguntas.

Quadro 2.1 – Escolaridade dos jornalistas em 1988 e 1992

	1988			1992		
	N	%	% acum.	N	%	% acum.
4.ª classe e frequência do 1.º ciclo liceal	42	2,8	2,8	63	1,9	1,9
1.º ciclo completo e frequência do 2.º ciclo liceal	72	4,8	7,6	120	3,6	5,5
2.º ciclo liceal ou equivalente (ant. 5.º ano)	175	11,6	19,2	252	7,6	13,1
3.º ciclo liceal incompleto ou equivalente	70	4,6	23,8	155	4,7	17,8
3.º ciclo liceal ou 11.º ano ou equivalente	401	26,6	50,4	716	21,6	39,4
3.º ano, propedêutico ou admissão à faculdade	50	3,3	53,7	418	12,6	52,0
Frequência universitária e bacharelato	371	24,6	78,3	688	20,7	72,7
Licenciatura ou curso superior	228	15,2	93,5	477	14,3	87,0
Formação em Comunicação Social:						
- frequência ou bacharelato	38	2,5	96,0	202	6,1	93,1
- licenciatura ou equivalente	61	4,0	100,0	229	6,9	100,0
Total	1508	100,0	100,0	3320	100,0	100,0

Fonte: dados do Sindicato dos Jornalistas (SJ).

¹⁵ A este respeito, ver Oliveira (1988, 376).

Quadro 2.2 – Percentagem de jornalistas licenciados e com frequência universitária ou bacharelato (1984-1992)

	1984	1987	1988	1992
	%	%	%	%
Licenciados	20	19,2	19,2	21,2
Frequência universitária e bacharelato	28	27,1	27,1	26,8
Total de jornalistas com licenciatura ou frequência universitária	48	46,3	46,3	48,1

Fonte: dados do SJ.

Várias são as ilações que os quadros apresentados permitem retirar. A primeira (quadro 2.1) diz respeito ao facto de, em 1988, seis anos após a definição do curso complementar dos liceus como nível mínimo de escolaridade para o exercício da profissão de jornalista, existirem 359 jornalistas sem esse mínimo, um número considerável se notarmos que se refere a quase um quarto do total de jornalistas na altura (23,8%). Mais ainda, em 1992, a tal número acrescentam-se 241 novas entradas,¹⁶ subindo o quantitativo para os 590 jornalistas, decrescendo, porém, em termos proporcionais (17,8% do total). Ao mesmo tempo, verifica-se que mais do que duplicaram os efectivos detentores de diploma (quadro 2.1), sendo que o número de jornalistas com formação em comunicação social mais do que quadruplicou (de apenas 99 em 1988 passaram para 431 em 1992). O quadro 2.2 indica, por sua vez, que se mantiveram quase constantes os valores proporcionais dos jornalistas graduados em conjunto com os que têm frequência universitária entre 1984 e 1992 (com a pequena oscilação decrescente entre 1984 e 1987, de 48% para 46,3%, e a mesma oscilação mas crescente entre 1988 e 1992, de 46,3% para 48,1%). Finalmente, quanto ao significado da retracção dos maiores níveis de escolaridade em termos proporcionais, constata-se que ao movimento de entrada de profissionais com maiores níveis de escolaridade corresponde o mesmo tipo de fenómeno com os jornalistas de menores níveis.

Este último comentário sugere a possibilidade da existência de dois movimentos de acesso ao jornalismo que foram dando forma à

¹⁶ Em rigor, o número de jornalistas que acederam nestas condições à carteira profissional pode até ser superior, porque no processo anual de renovação da carteira existem geralmente pequenos contingentes que são «abatidos».

nova contextura do jornalismo profissional português. Por um lado, encontramos jovens precocemente entrados no mundo do trabalho, fazendo-o nos *media* onde a precariedade e a desprofissionalização tendem a ter uma presença mais assídua (rádios locais, imprensa regional, alguma imprensa nacional¹⁷), e que conseguem aceder à carteira profissional por uma via que não teve como estádio anterior a escolarização prolongada — um modelo que podemos designar como «nova tarimba». Os presumíveis 241 novos jornalistas admitidos com este perfil em 1992, e que invocam a importância de estudar profundamente o universo dos jornalistas sem título profissional, são um elemento demonstrativo da persistência de sistemas de organização empresarial que se baseiam na relação, ou têm uma forte componente, de subemprego, semiprofissionalização e precarização dos jornalistas, e dos novos lugares em que ela surge. Por outro lado, deparamo-nos com uma outra via de acesso ao jornalismo, ligada de modo claro ao diploma escolar obtido quer nos cursos do ensino superior em jornalismo e comunicação social, quer nos cursos de perfil profissional.¹⁸ Através desta dinâmica, que tem uma incidência alargada, a profissionalização começa a obter uma certa vinculação com a aquisição da habilitação escolar.

A fragilidade estrutural de muitas das empresas de imprensa próprias do primeiro modelo de acesso à profissão descrito, as condições laborais e formas de organização do trabalho jornalístico, em conjunto com as concepções e o património de conhecimentos dos jornalistas, tendem seguramente a repercutir-se no conteúdo e na lógica informativa dos *media*. Aquele conjunto de factores, porventura mais do que as opções ideológicas e, em diversas situações, as pressões exercidas sobre os jornalistas pelos poderes institucionais, encontra-se na origem de enviesamentos no conceito e no modo de informar, designados pelos estudos sociológicos como «distorção inconsciente», devido ao seu cunho mais involuntário do que manipulatório. Esta hipótese permite ultrapassar o tradicional esquecimento relativo à importância e às consequências do enquadramento profissional, organizativo e burocrático na cadeia informativa. Este contexto abrange as for-

¹⁷ A análise que mais adiante será feita à estratificação interna do grupo profissional será demonstrativa de que são estes sectores que mais se encontram associados à integração em fracções de classes mais jovens e de menores recursos.

¹⁸ Refiro-me aos cursos do Centro Protocolar de Formação de Jornalistas (Lisboa) e do Centro de Formação de Jornalistas (Porto).

mas como estão institucionalizadas e organizadas as modalidades concretas de trabalho, bem como os constrangimentos devido às influências exercidas pelos imperativos de rotinização e tipificação dos processos de produção das notícias. Tais condições, ao repetirem-se quotidianamente, acabam por ser interiorizadas, aceites como legítimas e integradas no conjunto de recursos que devem caracterizar um profissional e o seu trabalho.

Uma hipótese sobre a estratificação do grupo profissional

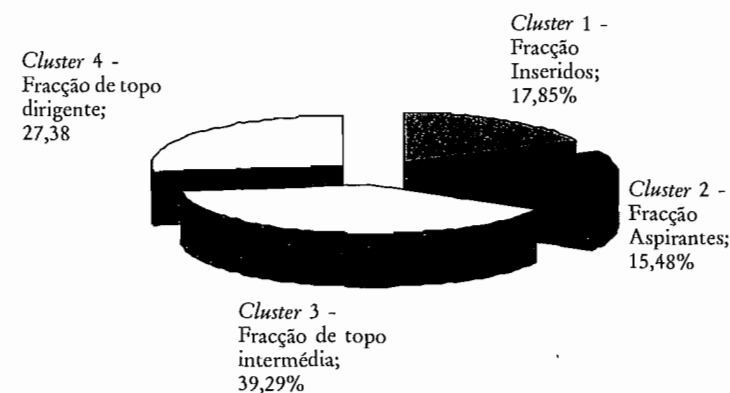
Os resultados do I Inquérito Nacional aos Jornalistas Portugueses permitem explorar, a partir de uma amostra representativa, hipóteses sobre os diferentes subconjuntos do grupo profissional.¹⁹ As teorias da área de estudos das profissões — que realçam a dinâmica de diferenciação interna dos conjuntos profissionais — e os dados estatísticos cujo tratamento multivariado permite delimitar agregados muito diversificados entre si, mas com uma expectável homogeneidade interna, sugerem conjecturas estimulantes para a análise sociológica.²⁰ No entanto, há que ter em consideração que, mais do que uma realidade social, estamos diante de uma realidade estatística. Mais do que grupos e relações sociais, encontramos-nos perante entidades definidas através de propriedades matemáticas, isto é, através da junção de dados estatisticamente determinados. Embora não se refira às realidades do mundo social concreto, a delimitação estatística de possíveis

¹⁹ Para o I Inquérito, realizado no primeiro semestre de 1990, o método de selecção da amostra escolhido foi o da «amostra probabilística», embora o factor de aleatoriedade não tenha sido rigorosamente cumprido. No quadro da construção da amostra, optou-se por uma amostra estratificada proporcional em que se agruparam os elementos do universo de acordo com os indicadores de região, sexo e idade. O nível de confiança foi de 95,5% e ao recorrer-se à fórmula apropriada para populações finitas foram considerados 336 questionários.

²⁰ A detecção e análise das linhas de segmentação social dos jornalistas foram realizadas apenas com base nas chamadas variáveis de «inserção social objectiva». Trata-se de uma análise de *clusters*. Esta permite a «arrumação» de objectos e pessoas sem condições prévias, considerando apenas as semelhanças e as diferenças entre elas, na ausência de um trabalho anterior de teorização de critérios de inclusão em qualquer agrupamento. O processo de partição em grupos depende do critério do investigador em termos de melhor caracterização da estrutura de uma dada população. O programa informático usado foi o SPAD.N (versão 1.2), tendo sido utilizados os procedimentos SEMIS e DECLA.

grupos diferenciados no interior dos jornalistas pode ser pertinente. Trata-se de um tipo de «raciocínio puro» que não expõe a realidade, mas que permite sugerir uma realidade exposta — um tipo de construção mental que se pode abrir a outros raciocínios, estudos e métodos. Tendo em conta este esclarecimento, a caracterização dos grupos apurados, realizada a partir das variáveis mais sobrerrepresentadas em cada um deles, permitiu delinear dois subgrupos de menores recursos e outros dois de topo.

Gráfico 2.1 – Análise tipológica (*clusters*) da segmentação dos jornalistas (dados do I Inquérito – 1990)



Um primeiro agrupamento, com um peso de 17,85%, evoca um conjunto de jornalistas inseridos na profissão, mas em início de carreira. Integram este feixe jornalistas com três a cinco anos de antiguidade na profissão, entre os 26 e os 30 anos de idade, com a categoria profissional do 1.º ao 3.º grupo, caracteristicamente do sexo feminino, com um rendimento reduzido, situado entre os 300 e os 450 euros,²¹ e que trabalham fundamentalmente na imprensa diária nacional. Um segundo grupo, com 15,48%,

²¹ Os valores, inicialmente em escudos, foram convertidos em euros e arredondados, procedimento seguido também nos capítulos 5 e 8.

sugere uma fracção de aspirantes ao jornalismo, caracterizados pelo rendimento mais baixo (até 300 euros), pela entrada na profissão sobretudo através das rádios locais e da imprensa regional, pela sua juventude (grupo etário até aos 25 anos de idade) e naturalmente menor antiguidade (dois anos no jornalismo), e pelo facto de serem ainda estagiários.²²

Um terceiro subconjunto, com o peso de 39,29%, esboça um grupo de topo, constituído por uma geração intermédia de jornalistas com seis a dez anos ou com onze a quinze anos de antiguidade na profissão, com 31 a 40 anos de idade, exercendo cargos de chefia, e mais ligada aos meios audiovisuais e à imprensa nacional. Finalmente, um quarto agregado, com 27,38%, aponta para uma outra fracção de topo, produto da antiguidade na profissão e detentora de lugares de direcção. Este grupo aparece delimitado por indicadores reveladores de jornalistas do sexo masculino, numa faixa etária superior, que entraram na profissão há mais de quinze anos e construíram a sua profissionalidade na tarimba.

Tendo como referência este quadro configuracional, proponho explorar a ideia de que os jornalistas profissionais se caracterizam por orientações distintas, estimuladas pela situação discrepante entre os grupos de menores recursos e os grupos de topo. Numa primeira fase, a partir de indicadores relativos às representações sobre o seu mundo laboral, discute-se o quadro diferenciado da avaliação dos jornalistas sobre a situação profissional e o modo como esse elemento implica a opção por propósitos de protecção da missão e da «licença»²³ dos seus membros ou, ao invés, por plataformas reivindicativas. À partida, postula-se que os jornalistas tendem a desenvolver orientações que favorecem a cultura e autonomia profissionais perante os poderes instituídos, a legitimidade e o aumento do prestígio social — e este é o seu perfil de grupo de *status*. Mas, em simultâneo, inclinam-se também para o desenvolvimento de objectivos reivindicativos da melhoria da sua situação económica e social e das suas condições de trabalho em geral — e esta é a sua faceta de grupo profissional.

²² O menor peso detectado nos estratos de recursos mais escassos, comparativamente às fracções de elite, traduz apenas a realidade do universo dos jornalistas profissionalizados (detentores de carteira profissional). Para apurar a verdadeira dimensão dos grupos com situações mais precárias, ter-se-ia de considerar também o ainda desconhecido universo dos jornalistas sem carteira profissional.

²³ Também sobre o conceito de «licença», Hughes (1958).

Parece apropriado defender que, sendo a vontade de autonomia e valorização da profissão elementos que tendem a ser comuns ao conjunto dos jornalistas, a heterogeneidade existente no interior do grupo profissional propende a gerar posições diferenciadas relativamente ao empenho nas reivindicações socioprofissionais. Essas divergências parecem variar consoante a posição ocupada — marcada por diferenciações sociais — no seio de um universo profissional internamente segmentado.

A forma como os jornalistas entendem a sua situação socio-profissional deve relacionar-se, em termos analíticos, com dois tipos de factores. Por um lado, são importantes certos elementos ligados à categoria profissional, a nível de rendimento individual e à antiguidade na profissão, que conformam a posição no interior do jornalismo. Por outro, influi o tipo de meio em que os profissionais trabalham e o nível de escolaridade, que dizem respeito às trajetórias individuais e afectam as possibilidades de promoção social. Para aprofundar este problema, é necessário também considerar as opções e perspectivas de carreira dos jornalistas, as condições de trabalho e os seus níveis de recompensa, assim como as diferentes opiniões expressas sobre os principais problemas laborais e profissionais.

Disparidade de posições e situações profissionais: entre o salário e o estatuto

Antes de mais, é curioso notar que uma percentagem significativa (23,4%) do total do universo de jornalistas com título profissional (dados do SJ) exercia outra actividade para além do jornalismo. Se acrescentarmos que 15,5% da amostra de jornalistas que responderam ao I Inquérito confirmaram esta tendência, especificando possuir uma segunda actividade no próprio campo do jornalismo, conclui-se a existência de uma elevada percentagem de profissionais dos *media* que possuem duplo emprego. Este facto pode ser um indício de que um sector dos jornalistas não considera como suficiente o nível de recompensas salariais que o jornalismo proporciona.

No que diz respeito às condições de trabalho em que exercem a sua profissão, é significativa a percentagem que indicou viver em situações de insegurança por não pertencer aos quadros das empresas

para as quais trabalha (12,8%) ou por estar abrangido por contratos a prazo (19,4%). Por outro lado, uma larga maioria (77,6%) dos jornalistas apenas se considerara parcialmente satisfeita com os seus actuais contratos de trabalho (e 7% declararam-se nada satisfeitos). Uma questão importante para o grau de satisfação com os contratos de trabalho é, evidentemente, a das remunerações. A partir dos dados apurados, foi possível saber que o rendimento individual líquido mensal dos jornalistas com título profissional se situava (à época) numa média de 700 euros. Contudo, 20,8% auferiam menos de 450 euros de salário mensal e 38,6% menos de 600 euros. O grupo mais representado era o dos que tinham um rendimento entre 600 e 800 euros, abrangendo 23,2% do total. Quanto aos que ganhavam mais de 1000 euros representavam cerca de 20%. Verificou-se igualmente a existência de uma grande disparidade entre os níveis de salários que se praticavam, por um lado, nos semanários nacionais e na televisão pública e, por outro, na imprensa regional e nas rádios locais e nacionais. Saliente-se que dos profissionais da imprensa diária e das rádios locais 28% auferiam um rendimento mensal inferior a 450 euros, ao passo que, nos jornalistas da imprensa regional, esta percentagem é de mais de 80%.

Desta forma, salvo para um grupo bem remunerado, o jornalismo é uma actividade cujas compensações salariais ficam aquém das expectativas da maioria dos seus profissionais. Não é surpreendente, portanto, constatar que as variações de opinião sobre os problemas laborais e profissionais se manifestem principalmente em função da antiguidade na profissão, do rendimento individual e da escolaridade. De forma mais matizada, também o tipo de *media* e a idade cronológica podem influenciar as orientações e os valores dos jornalistas. Neste sentido, em resposta à questão sobre quais os principais problemas laborais e profissionais, 43,4% apontaram as condições de trabalho — incluindo a falta de estruturas de apoio, o excesso de trabalho e o pluriemprego —, 28,3% os baixos salários e 9,8% a precariedade de emprego. Por outro lado, 18,5% salientaram problemas de ordem ético-profissional, como a escassez de formação profissional, a insuficiente independência no exercício da profissão e o difícil acesso às fontes de informação.

Considerando as opiniões sobre os principais problemas laborais e profissionais em função dos critérios seleccionados, verifica-se que os jornalistas menos escolarizados e mais antigos na pro-

fissão acentuam mais as condições de trabalho e a precariedade de emprego, e os mais recentes apontam os baixos salários, para além das condições de trabalho. É ainda de salientar que as questões ético-profissionais são percentualmente mais focalizadas por aqueles que auferem rendimentos superiores. São os jornalistas com maior número de anos na profissão — entre dez a quinze anos e sobretudo com mais de quinze anos na actividade — que conferem maior importância aos problemas estritamente laborais e que menos se importam com os aspectos ligados à imagem e à formação profissional, porventura por ser nestes sectores que estão mais vivas as tradições clássicas do sindicalismo.

É correcto inferir desta breve análise dos dados do questionário que as diferenças perceptíveis mais salientes tendem a cristalizar-se em função de duas linhas de segmentação fundamentais. Em primeiro lugar, no que diz respeito à situação laboral, existe um notável contraponto entre os jornalistas que auferem os salários mais baixos e se encontram em situações precárias de emprego e aqueles que pertencem aos sectores de topo mais bem remunerados e com estabilidade na profissão. Em segundo lugar, relativamente à antiguidade na profissão e à idade cronológica, frequentemente associadas ao diploma escolar, verifica-se a oposição entre os jornalistas mais antigos na profissão, em regra menos escolarizados, e os profissionais mais novos.

Utilizando a terminologia da sociologia das profissões, os jornalistas constituem assim um grupo ocupacional que procura transformar a sua actividade numa profissão firmemente estabelecida, facto que influencia o seu quadro de acção e orientações. A generalidade dos jornalistas partilha com o Sindicato o desejo de afirmar o estatuto da profissão perante o público, conquistar maior autonomia relativamente ao poder político e a outras instituições, assim como melhorar a formação profissional e o nível de escolaridade do conjunto dos profissionais. Contudo, o grau de intensidade com que este objectivo é sentido difere consoante a situação profissional dos diferentes grupos de jornalistas.

Podemos afirmar que existem duas linhas de orientação e valores diferenciados na apreciação da situação da profissão e no entendimento do que deve ser a actividade sindical. Por um lado, existe uma concepção que encara a acção sindical como devendo estar dirigida para a melhoria das condições de trabalho e o com-

bate à precariedade de emprego. Identificam-se com esta posição os jornalistas menos privilegiados e com poucas possibilidades de progressão na carreira, bem como os mais antigos na profissão e menos escolarizados, que perfilham um conceito tradicional de sindicalismo. Por outro lado, surge uma concepção do papel do Sindicato que postula, a par das questões laborais, a necessidade da preocupação com a melhoria da imagem dos jornalistas, o prestígio da profissão, a vigilância do exercício da actividade por indivíduos que não têm título profissional e a formação profissional. Esta é defendida, sobretudo, pelos mais bem remunerados, com maior nível de escolaridade e que têm entre cinco a quinze anos de exercício da profissão. Entre o salário e o estatuto, assim se exprimem relações de equilíbrio e linhas de identificação entre os diferentes subgrupos que compõem a profissão de jornalista.

Tendo em conta que, em Portugal, a esmagadora maioria dos jornalistas com carteira profissional está filiada no Sindicato dos Jornalistas — instituição de âmbito nacional, representativa do conjunto do grupo profissional e sem outro sindicato rival ou qualquer tipo de associação profissional concorrente — os obstáculos à consolidação dos jornalistas como profissão não estão fundamentalmente relacionados com o baixo grau de associativismo.²⁴ Entre nós, as dificuldades à afirmação do jornalismo como profissão estabelecida parecem ser de outro tipo, contando-se entre elas, de acordo com a análise efectuada, a forma diferenciada e pouco definida como se verifica a inserção profissional dos vários grupos de jornalistas e as diversas orientações identitárias que lhes estão associadas.

Em primeiro lugar, o universo dos jornalistas é realmente heterogéneo. As disparidades no seio do grupo profissional, associadas à situação e categoria profissional, ao tipo de *media*, à antiguidade na profissão, ao grupo etário e ao nível de escolaridade, relacionam-se com imagens da profissão e do papel do Sindicato. Se existem fracções de topo de jornalistas bem pagos e gozando de prestígio social, que tendem a assumir as características de um grupo de *sta-*

²⁴ Já noutras realidades, como era o caso dos EUA na década de 1970, seria o baixo grau de associativismo o maior obstáculo ao pleno estabelecimento de profissão dos jornalistas. Foi essa a conclusão do estudo sociológico dos jornalistas americanos realizado por John W. C. Johnstone *et al.* (1976), que salientava a dispersão dos profissionais em numerosas organizações representativas, nenhuma delas suficientemente poderosa e dotada de âmbito nacional, como principal problema.

tus, existem também segmentos subordinados que não podem dispensar a existência de uma organização sindical com características tradicionais, embora partilhem do propósito de transformação do grupo ocupacional dos jornalistas em profissão consistentemente estabelecida.

Em segundo lugar (e ao contrário do que se passa no exemplo norte-americano, onde a maioria dos jornalistas é licenciada), em Portugal a formação escolar no ensino superior não é ainda generalizada, apesar da tendência para o seu aumento no conjunto dos profissionais.²⁵ De resto, um dos factores que mais favorecem o fechamento social das profissões estabelecidas, se tomarmos como exemplo os médicos e os advogados, é o controlo sobre a entrada na profissão acompanhada da exigência de uma formação universitária específica. A este respeito, os meios de socialização dos jornalistas têm tradicionalmente defendido que o carácter incerto, movente e abrangente do universo mediático implica a abertura da profissão a diversas formações escolares e não escolares. Ainda que este argumento seja compreensível, é forçoso reconhecer que as competências e as responsabilidades requeridas pela missão do jornalismo exigem as mais elevadas qualificações intelectuais e universitárias. Um compromisso entre diferentes grupos de jornalistas — diplomados, por um lado, e com outros tipos de formação, por outro — tem possibilidade de ser desenvolvido nas condições da sociedade portuguesa contemporânea, permitindo a integração de ambos os sectores e contrariando a agudização dos factores de flutuação excessiva na definição da profissão e de incompletude na profissionalização.

Finalmente, constata-se a ausência de uma organização que desse alta prioridade ao vínculo de carácter moral entre os jornalistas e o conjunto social. O Sindicato dos Jornalistas, que poderia talvez assumir funções próximas, tem dificuldades específicas a este respeito. Se, por um lado, procura conceder grande atenção a problemas como a discussão do Código Deontológico e a formação profissio-

²⁵ Cruzando a escolaridade com a antiguidade na profissão, verifica-se que o nível de escolaridade tende a aumentar à medida que diminui o número de anos de exercício da profissão. Assim, 44,4% dos jornalistas que completaram cursos superiores são jornalistas há menos de cinco anos, enquanto a percentagem de licenciados que exercem a profissão há mais de quinze anos é de apenas 22,2%. As percentagens mais significativas de jornalistas que apenas possuem o ensino básico ou o 9.º ano situam-se no escalão dos que estão na profissão há mais de dez anos.

nal dos jornalistas, por outro não pode ignorar as consequências das desigualdades existentes no seio do grupo profissional. Tudo indica que oscila entre continuar a ser uma associação de defesa dos interesses laborais dos seus associados e uma organização de protecção do estatuto da profissão perante outros campos de actividade e os poderes instituídos.

Assim, se a vontade de preservação do estatuto e da independência profissional tende a unificar os jornalistas, ela manifesta-se com ênfases distintas, derivadas da heterogeneidade interna do grupo, reflectindo clivagens salariais e outras que têm constituído um obstáculo considerável à sua transformação numa profissão bem estabelecida em Portugal.

Notas finais

Os *media* noticiosos assumem no mundo contemporâneo duas lógicas primaciais enquanto instâncias mediadoras. Por um lado, impulsionam a circulação de informações, conhecimentos e histórias que guardam a memória social e geram a opinião pública, por outro são instâncias de sentinela sobre os aspectos viciados e abusivos dos vários poderes, embora especialmente atentas ao poder político. No entanto, o encastramento da indústria dos *media* na lógica estritamente industrial-capitalista tem vindo a converter a informação em mera mercadoria, desvinculando-a do seu valor cognitivo, cultural e cívico. Umberto Eco (1991 [1964], 31) escreveu palavras certeiras a este respeito: «O jornal [não é] senão um produto, formado por um número fixo de páginas, obrigado a sair uma vez por dia, em que as coisas ditas já não [são] apenas determinadas pelas coisas a dizer (segundo uma necessidade absolutamente interior) mas pelo facto de que uma vez por dia [é] preciso dizer o suficiente para preencher essas páginas.»

Os jornalistas situam-se assim na intersecção entre valor comercial e valor cultural. Encontram-se numa posição ambígua de «funcionários» de uma indústria que procura o lucro económico e de «funcionários» da humanidade, desempenhando o papel de criadores e transmissores de informações e formas de conhecimento considerados relevantes para a própria constituição da comunidade política e do todo social. Desde o momento em que a actividade

jornalística foi endogeneizada no universo da indústria e do capitalismo, passou a estar sistematicamente em causa, de uma forma mais ou menos aguda, a própria redefinição da identidade do jornalismo e do jornalista, e não poucas vezes a sua sobrevivência como profissão regrada por uma «ética da responsabilidade» (*Verantwortungsethik*), à imagem do raciocínio de Weber em proveito de uma serena e cuidadosa estimativa dos efeitos dos nossos actos.

A progressiva quebra das fronteiras entre as actividades de tipo cultural e as comerciais tem vindo a instaurar formas de media-cracia, em que a *polis* e as relações sociais são moldadas pelas tecnologias mediadoras e dominadas pela sua própria representação. Por sua vez, na medida em que a esfera dos *media* tem impacto sobre os mais diversos espaços sociais, o constrangimento estrutural que o mercado influi sobre o jornalismo estende-se também aos outros âmbitos de acção simbólica.²⁶ No âmbito da politeia, os jornalistas acabam por se situar num plano de acção com incidência política e, pelo menos, os profissionais de topo exercem uma forte influência em aspectos da realidade como a definição das formas de representação do poder, a própria organização do conflito político, a formação de correntes de opinião e a constituição de efeitos de resposta, bem como em outras instituições sociais, na cultura e na sociedade.

Excluir, integrar e hierarquizar, assim como narrar, comentar e, neste sentido, participar nos acontecimentos publicitados ou produzidos, são práticas profissionais quotidianas e recursos estratégicos dos jornalistas numa cena pública fortemente configurada pelos *media*. Todavia, porque tais recursos se encontram «naturalizados», sendo exercidos de modo rotinizado e sujeitos às pressões dos ritmos produtivos, os jornalistas, se bem que não ignorando a sua capacidade de engendrar opinião e de exercer influência, operam num quadro geral de frequente opacidade quanto às consequências da sua intervenção. Desta forma, paradoxalmente, no âmago da força do jornalismo como profissão é possível perceberem-se fragilidades de fundo. Em particular, rapidamente podem resvalar para uma posição de suporte a ambições político-ideológicas, abraçando, consciente ou inconscientemente, a «ética da convicção» (*Gesinnungsethik*) própria do homem de acção política. E podem também aderir aos valores

²⁶ Embora não estando completamente de acordo com todas as teses de Bourdieu a este respeito, ver Bourdieu (1994).

comerciais na elaboração das notícias, pois, desde que os assuntos considerados venham ao encontro do gosto dos públicos, logo fica aparentemente justificada aos seus olhos a acção de atribuição de relevância. Com efeito, é através deste condicionamento com o público, no quadro de uma arte de falar agradavelmente de tudo,²⁷ que tem lugar o nexu entre os critérios muitas vezes empregues pelos jornalistas e a lógica comercial.

Dir-se-ia que os jornalistas propendem para se situar plenamente no todo social sem se distinguir culturalmente dele. Não raras vezes, perdem a distância razoável exigida a quem incumbe exercer uma atenção crítica ao respeito pelos ideais e valores fundamentais em que a sociedade democrática se baseia. Quando assim ocorre, os jornalistas abalam a identidade intelectual que sempre caracterizou os homens de ideias no Ocidente dos últimos quatro séculos. Os intelectuais, como bem observou Lewis A. Coser (1965), podem criticar seriamente a sua sociedade na medida em que estão intensamente dedicados às suas mais elevadas aspirações. Podem atacar o que «é» pelo que «deveria ser», em nome dos mesmos pressupostos de valor a que a sociedade deseja aderir. É nesse sentido que os jornalistas podem estar afastados e ao mesmo tempo profundamente interessados no destino do conjunto social, desenvolvendo uma espécie de «interesse desinteressado», algures entre a neutralidade e a convicção arrebatada.

Tivemos já oportunidade de evidenciar que só se pode falar do poder dos jornalistas sob condição de não se perder de vista tanto o seu carácter de corpo profissional com lugar destacado na criação simbólica, como o espaço de identidades relacionais em que se situam, e que escapam às formas de pensamento fundadas em modelos polarizados em oposições binárias que se excluem entre si. Torna-se, pois, compreensível que a afirmação da legitimidade do grupo profissional dos jornalistas esteja sistematicamente sujeita às condições, tensas e contingentes, do difícil balanço entre a vontade da autonomia profissional, expressa pela cultura profissional, e a dependência empresarial, como consequência da sua condição assalariada na indústria dos *media*.

No entanto, é possível avançar com a hipótese de que, ao mesmo tempo que um largo conjunto de jornalistas apresenta um estatuto fragilizado que o aproxima da condição proletária, alguns

²⁷ Expressão que tomo de Bernard Vuyenne (1985, 40).

dos seus segmentos — os sectores dirigentes — formam ou integram uma camada privilegiada que hegemoniza o debate público, através da transfiguração da opinião publicada em opinião pública por parte do sistema dos *media* considerado no seu conjunto. O *continuum* estabelecido entre a vida partidária e a generalidade do fluxo informativo político, a frequente justaposição, estabelecida no período subsequente à transição democrática, dos grupos de topo do jornalismo nos meandros das oligarquias partidárias que controlam os aparelhos burocráticos dos partidos de poder, a concentração na capital da influência mediática de poucos meios de comunicação, pertencentes ao Estado e a um número reduzido de grupos empresariais, são sinais fortes de uma relação *sui generis* entre dirigentes políticos e jornalísticos. Esta parece ter como característica fundamental patrocinar, ao lado da imposição administrativa de políticas por parte do Estado, formas de conformação necessárias à dominação de um regime demo-liberal que, num quadro de erosão das ideologias e de dificuldades económicas, combina traços despóticos com clientelismo e corrupção política.²⁸ Os jornalistas dirigentes orientar-se-iam para um trabalho de convivência com as oligarquias partidárias e o aparelho de Estado, num processo em que a discussão pública se reveste de uma mera competição pelo controlo das representações, fazendo-o no âmbito de acordos e convergências com centros influentes e de poder ou de cooperação e unificação promíscuas com interesses sectoriais e grupais.

A existência de um leque importante de nexos e opções comuns entre os dirigentes políticos e os do jornalismo, no novo quadro de transformação da acção política pelo factor mediático, não obvia, decerto, a ocorrência de situações de tensão ou conflito que podem ter até o efeito de encobrir a ausência de distância que era de esperar ser própria de dois actores com papéis distintos numa sociedade democrática. Na análise social, muito desse efeito de ocultação parece ficar a dever-se à interpretação rígida quer da tese pluralista das elites — que realça a sua diversidade e a concorrência entre elas próprias e entre estas e a sociedade —, quer da tese da elite dominante — que desvaloriza as diferenças e os conflitos no

²⁸ A este respeito, e no prolongamento de inúmeros estudos sobre as condições da cidadania em Portugal, ver a poderosa hipótese que Manuel Villaverde Cabral (2006) avança a propósito dos nexos históricos de longa duração que estruturam as relações entre as elites de poder e as classes subordinadas em Portugal.

seu interior e acentua a oposição ou, pelo menos, a relação entre a elite e a não-elite. Neste ponto, devemos lembrar o velho paradoxo enunciado por Simmel: quanto mais próxima é a relação, mais intenso é o conflito. Como é que se reforçam as tendências democráticas no universo do jornalismo e no quotidiano laboral dos jornalistas continua a ser um problema fundamental para a sociedade portuguesa.

Referências bibliográficas

- Bourdieu, Pierre. 1994. «L'emprise du journalisme». *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Março, n.ºs 101-102.
- Cabral, Manuel Villaverde. 2006. «Despotismo de Estado e sociedade civil real em Portugal: distância ao poder, comunicação política e familismo amoral». In *Razão, Tempo e Tecnologia*, org. Manuel Villaverde Cabral, José Luís Garcia e Helena Mateus Jerónimo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Coser, Lewis A. 1965. *Men of Ideas. A Sociologist View*. Nova Iorque: Free Press.
- Eco, Umberto. 1991 [1964]. *Apocalípticos e Integrados*. Lisboa: Difel.
- Elias, Norbert. 2006. *Escritos e Ensaios – 1. Estado, Processo, Opinião Pública*, org. e apres. Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Fernandes, Paulo Jorge. 2007. «O 'poder oculto', biografia política de Mariano Cirilo de Carvalho». Tese de Doutoramento em História Institucional e Política Contemporânea, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- França, Elisabete, e Guiomar Belo Marques. 1982. «O acesso à profissão de jornalistas». Comunicação apresentada no I Congresso dos Jornalistas Portugueses.
- Gans, Herbert J. 1979. *Deciding What's News. A Study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek and Time*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- Golding, Peter, e Philip Elliot. 1979. *Making the News*. Londres: Longman.
- Grossi, Giorgio. 1985. «Professionalità giornalistica i costruzione sociale della realtà». *Problemi dell'Informazione*, ano x, n.º 3.
- Hughes, Everett. 1958. *Men and their Work*. Glencoe: Free Press.
- Johnstone, John W. C. et al. 1976. *The News People*. Londres: University of Illinois Press.
- Mesquita, Mário. 1993. «O universo dos media entre 1974 e 1986». In *Portugal 20 Anos de Democracia*, coord. António Reis. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mesquita, Mário, António Reis e José Manuel Nunes. 1993. «Os meios de comunicação social». In *Portugal 20 Anos de Democracia*, coord. António Reis. Lisboa: Círculo de Leitores, 360-405.
- Oliveira, José Manuel Paquete de. 1988. «Formas de 'censura oculta' na imprensa escrita em Portugal no pós-25 de Abril (1974-1987)». Tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE.

- Oliveira, José Manuel Paquete de. 1992. «A integração europeia e os meios de comunicação social». *Análise Social*, XXVII, n.ºs 118-119: 995-1024.
- Park, Robert. 1972. *The Crowd and the Public and Other Essays*, ed. H. Elsnor Jr. Chicago: Chicago University Press.
- Patriarca, Fátima. 1991. «A institucionalização corporativa: das associações de classes aos sindicatos nacionais (1933)». *Análise Social*, XXVI, n.º 100: 23-58.
- Rodrigues, Adriano Duarte. 1988. «O acontecimento». *Revista de Comunicação e Linguagens*, n.º 8: 9-15.
- Tengarrinha, José. 1989 [1965]. *História da Imprensa Periódica Portuguesa*. 2.ª ed. revista e ampliada. Lisboa: Editorial Caminho.
- Traquina, Nelson. 2007 [2002]. *Jornalismo*. Lisboa: Quimera Editores.
- Tuchman, Gaye. 1978. *Making News. A Study in the Construction of Reality*. Nova Iorque: Free Press.
- Voyenne, Bernard. 1985. *Les Journalistes Français*. Paris: CFPJ.
- Weber, Max. 1979 [1919]. *O Político e o Cientista*. Lisboa: Presença.
- Wolf, Mauro. 1985. «La ricerca mediologica i la professionalità giornalistica». *Problemi dell'Informazione*, ano x, n.º 3.